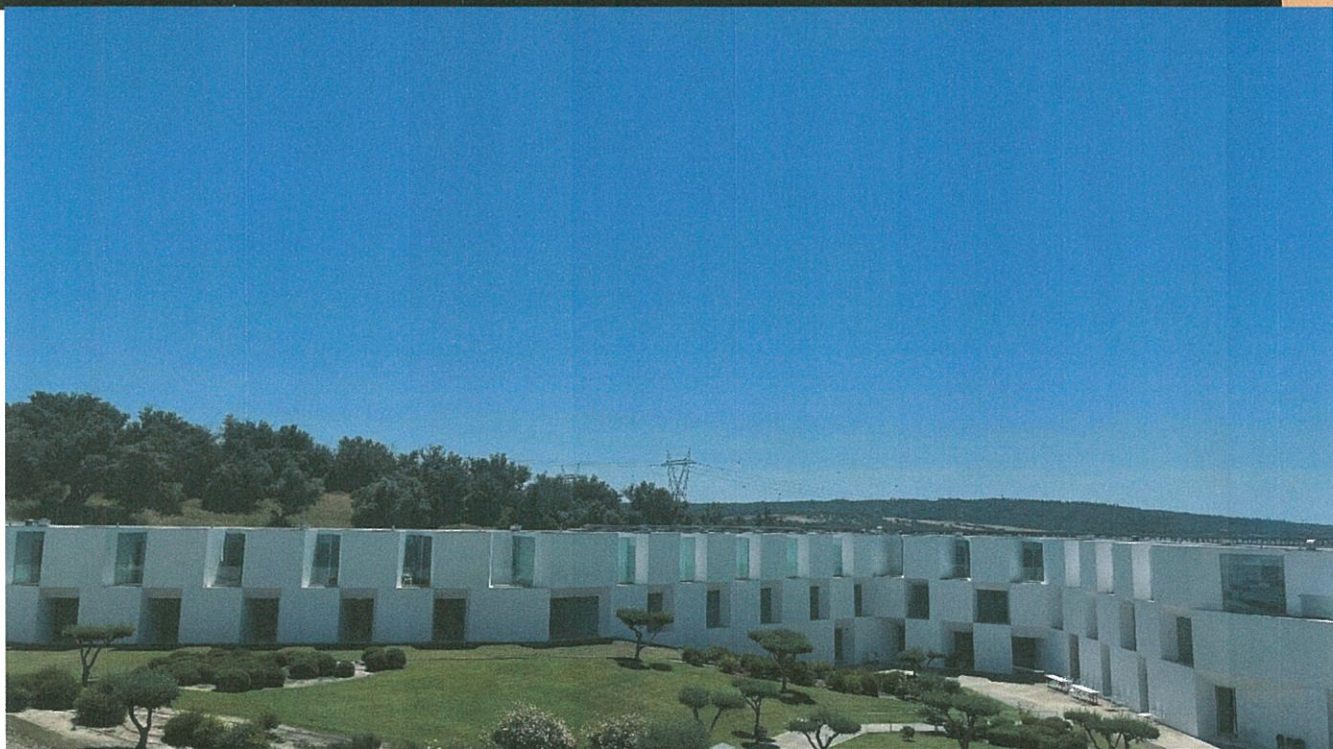


2020

Relatório de Actividades e Contas do Exercício



Parecer do Conselho Fiscal

Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal

Por determinação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020 E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

O Relatório de Atividades tem como objetivo apresentar as atividades que foram desenvolvidas face ao que foi previsto realizar no Plano de Atividades.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades apresenta a intervenção desenvolvida num ano que se pode caracterizar por atípico devido ao reconhecimento da COVID-19 como pandemia pela Organização Mundial de Saúde. A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (SCMAS) iniciou a 20 de fevereiro de 2020, a análise e definição de procedimentos para a rápida implementação de medidas de prevenção e controlo de infeção por SARS-CoV-2. A elaboração do Plano de Contingência sofreu inúmeras atualizações decorrentes do contexto pandémico que decorreu desde o início da pandemia da COVID-19. Como nota síntese apresenta-se as seguintes Tabelas com os procedimentos, mais relevantes, implementados de acordo com as orientações da Direção Geral de Saúde (DGS) e com a síntese referente às visitas tripartidas, constituídas por um elemento da segurança social, proteção civil e saúde pública, a que a Instituição foi alvo conforme o Despacho n.º 4097-B/2020 de 2 abril e Despacho n.º 6876/2020 de 3 de julho.

PROCEDIMENTOS IMPLEMENTADOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

PROCEDIMENTOS IMPLEMENTADOS
Desde 20 de fevereiro a Diretora Técnica reuniu, semanalmente, ou sempre que se constatou necessário proceder à implementação de procedimentos complementares e/ou alterações com a Enfermeira e o Médico, para análise das possíveis intervenções a definir nas ERPI's, SAD, lavandaria e/ou refeitório.
Desde o dia 21 de fevereiro que se procedeu à capacitação das Cuidadoras, pela Diretora Técnica nas duas passagens de turno diárias, sendo o enfoque na informação relativa às medidas de prevenção e controlo de infeção recomendadas pela DGS, e de acordo com a legislação vigente.
Colocação de dispensadores de solução alcoólica, em todos os espaços das ERPI's.
Formação e treino a todos os colaboradores relativamente ao Plano de Contingência e às medidas de prevenção e controlo da transmissão da COVID-19.
Colaboradores da secretaria deixaram de proceder ao registo biométrico desde o dia 11 de março.
Suspensão da colaboração da Prof. Ed. Física; Cabeleireira; Manicure; terço e Missa a partir do dia 13 de março.
Procedeu-se à suspensão das visitas, presenciais, aos Residentes desde o dia 13 de março, na sequência do despacho da autoridade de saúde do Alentejo litoral emito pela Delegada de saúde a 12 de maio.
A higienização das fardas dos colaboradores passou a realizar-se na Instituição desde o dia 17 de março.
A 17 de março foi enviado, carta via CTT, como medida de prevenção um pedido de manifestação de disponibilidade a todos os familiares quanto à realização de voluntariado na Santa Casa, caso se viesse a verificar uma situação de emergência.
Enviada, formalmente, pela Mesa Administrativa à Delegada de Saúde com conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e à Diretora do Núcleo de Respostas Sociais do Centro Distrital de Setúbal, uma informação e pedido de colaboração para o alargamento da equipa de Enfermagem.
A auto monitorização, medição e registo da temperatura à entrada e saída, com o consentimento expresso do(da) Colaborador(a) iniciou-se a 25 março.
Implementação de dois turnos em espelho a partir do dia 25 de março, para a área da cozinha, lavandaria, cuidadoras da ERPI; encarregadas, equipa de apoio ao gabinete médico e equipa técnica.
Divulgação da oferta de trabalho para reforço na área da manutenção a 25 março.
Afetação de espaços, distintos, para os vestiários de cada setor a partir do dia 26 de março.

Suspensão do registo biométrico dos colaboradores desde o dia 26 de março.
Reorganização do espaço da ERPI Rainha D. Isabel desde 30 de março para que cada Residente distasse entre si de pelo menos 1,5m.
Abertura de duas linhas telefónicas para contato com os Residentes via Whatsap para cada uma das ERPI a partir do dia 31 março.
Colocação na parte superior do auditório de seis camas, para isolamento, como medida de prevenção à pandemia.
Utilização de máscara cirúrgica pelos colaboradores conforme orientação da DGS a partir do dia 07 de abril.
Informação, 06 abril, à Delegada de Saúde, da capacidade e ocupação das ERPI's, assim como informação quanto ao número de colaboradores por setor.
De forma a prevenir a exaustão dos cuidadores a partir do dia 07 de maio as equipas espelho passaram a funcionar 5/5 dias.
As visitas aos residentes passaram a realizar-se a partir das janelas do edifício, dos topos para o 1º e 2º piso respetivamente; janela do gabinete médico para os residentes do Emília Matos de 27abril a 04 maio, não existindo contato físico entre as visitas e o residente, assim como entre as visitas e os colaboradores.
As visitas aos residentes passaram a realizar-se na tenda a partir do dia 05 de maio, sendo as mesmas sujeitas a agendamento para as duas ERPI's, e elaborado o respetivo fluxograma.
A 24 de julho foi enviado um e-mail para o Ministério da Saúde com CC da Delegada de Saúde de Alcácer do Sal, assim como para os elementos que constituem as visitas tripartidas a propor a realização das consultas via teleconsulta para os residentes das ERPI's de forma a manter as medidas gerais para reduzir o risco de transmissão da SARS-CoV-2.
A partir do dia 08 de setembro de 2020 o plano de contingência, contemplou procedimentos no que concerne à saída de férias do(a) residente, assim como o período de quarente no regresso de episódio de internamento e/ou admissão de novos residentes.
Reforço dos serviços de limpeza e desinfecção nos espaços e objetos de maior contacto e circulação (casas de banho, corredores, salas, cadeiras e apoios para os braços, tampos de mesa, interruptores, corrimãos, torneiras, botões dos elevadores, maçanetas das portas).
Disponibilização, nas zonas de receção, áreas de trabalho e instalações sanitárias de meios para desinfecção de mãos e recipientes fechados para recolha de resíduos.

SINTESE DAS VISITAS TRIPARTIDAS REALIZADAS

Data	Número de Itens a avaliar	Em Conformidade	Não Conformidade	Síntese da Diretora da Segurança Social e/ou Registo Síntese da Equipa Tripartida
14 de julho de 2020	53	53	0	“O relatório síntese da visita efetuada pela equipa pluridisciplinar (...) não foram identificados quaisquer não conformidades. Importa, ainda, ressaltar que a equipa técnica revela-se particularmente dinâmica e pro-ativa, o que resulta em constantes reflexões e atualizações do Plano de Contingência da Instituição, que conta já com 6 versões”
09 setembro de 2020	53	53	0	“Trabalhadores estão a trabalhar em espelho (...) a equipa técnica revela-se particularmente dinâmica e proativa levando a uma atualização do plano de Contingência da Instituição que já conta com 7 versões”
13 de outubro de 2020	53	53	0	“O relatório síntese da visita efetuada pela equipa pluridisciplinar (...) consta a informação de que a Instituição continua a desenvolver todos os esforços no sentido do cumprimento das orientações emanadas pela DGS, não tendo sido identificadas não conformidades”
17 novembro de 2020	53	53	0	“Trabalhadores estão a trabalhar em espelho (...) evidenciamos a realização de atividades diárias que contribuem para a manutenção de um bom estado de saúde geral dos idosos”

RESPOSTAS SOCIAIS DA SCMAS

A SCMAS, desenvolve duas respostas sociais, SAD e ERPI, com três estruturas residenciais e possui acordo de cooperação quer para o SAD quer para as ERPI's.

No que concerne ao SAD o acordo cooperação vigora desde 30 de dezembro de 2004 abrange quarenta utentes em acordo. Para as ERPI's a SCMAS, possui também acordos de cooperação para cada uma das estruturas. Assim para a ERPI José Godinho Jacob, com a capacidade de quarenta e dois residentes possui acordo de cooperação para quinze residentes. Na ERPI Rainha D. Isabel, o acordo de cooperação é igual ao número de residentes em acordo, sessenta. Quanto à ERPI Emília Matos, a capacidade é vinte e um.

TIPOLOGIA DAS VAGAS EXISTENTES

Resposta Social	Capacidade	Vagas em Acordo	Vagas em Acordo Cativas	Vagas sem Acordo
Serviço de Apoio Domiciliário	55	40	0	15
ERPI Rainha d. Isabel	60	60	6	0
ERPI José Godinho Jacob	42	15	3	27
ERPI Emília Matos	21	21	2	0

ENQUADRAMENTO LEGAL

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

O enquadramento legal para a resposta da ERPI remete-nos para os seguintes objetivos e princípios de atuação:

Objetivos	Princípios de Atuação
Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;	Qualidade, eficiência, humanização e respeito pela individualidade
Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo	Interdisciplinaridade
Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar	Avaliação integral das necessidades do residente
Potenciar a integração social	Promoção e manutenção da funcionalidade e da autonomia
	Participação e corresponsabilização do residente ou representante legal ou familiares, na elaboração do plano individual de cuidados

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O SAD é a resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O enquadramento legal para a resposta de SAD remete-nos para os seguintes objetivos e princípios de atuação:

Objetivos	Princípios de Atuação
Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias	Qualidade, eficiência, humanização e individualização
Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar	Interdisciplinaridade
Contribuir para a permanência dos utentes no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais	Avaliação das necessidades do utente
Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia	Reserva da intimidade da vida privada e familiar
Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes, sendo estes objeto de contratualização	Inviolabilidade do domicílio e da correspondência
Facilitar o acesso a serviços da comunidade	Participação e corresponsabilização do utente ou representante legal e dos seus familiares, na elaboração do programa de cuidados e serviços
Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores	

O serviço de SAD da SCMAS, intervém exclusivamente na cidade de Alcácer do Sal, funciona de segunda a domingo das 8h às 20h.

No que concerne à idade dos beneficiários de SAD o intervalo de idades compreendido entre os 80 e os 89 anos de idade é o grupo de idades com maior representatividade da resposta de SAD. Quanto à admissão, de novos utentes, registaram-se dois novos utentes do sexo masculino com idades compreendidas entre os 90 e os 95 anos.

DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES POR INTERVALO DE IDADES

Sexo	45 a 49		65 a 69		70 a 74		75 a 79		80 a 84		85 a 89		90 a 94		95 a 99		100 a 104		105 a 109	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	1	1%	2	2%	3	3%	2	2%	4	4%	6	6%	6	6%	-	-	1	1%	1	1%
Feminino	-	-	-	-	1	1%	3	3%	19	17%	34	30%	19	17%	5	5%	1	1%	-	-
Total	1	1%	2	2%	4	4%	5	5%	23	21%	40	36%	25	23%	5	5%	2	2%	1	1%

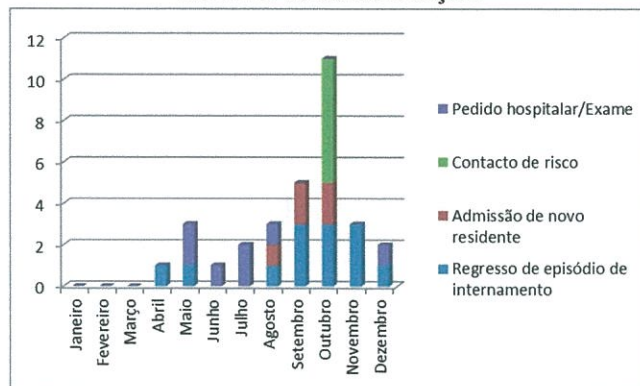
O gabinete médico assegurou todas as intervenções de Enfermagem, bem como o acesso a cuidados de saúde, tanto básicos como especializados. O seu funcionamento decorreu de forma semelhante ao final do ano anterior, seguindo as linhas já definidas, sendo que, no mês de novembro, houve a contratação de 2 enfermeiros, que vieram alargar a equipa.

A partir do mês de março, a pandemia que se instalou levou a algumas alterações a nível da intervenção do gabinete, sendo que, no âmbito do estado de emergência implementado nacionalmente e de acordo com o plano interno de contingência para a

Covid-19, é de referir que entre o mês supracitado até ao mês de junho as consultas internas, realizadas pelo Drº Abel, decorreram por videochamada, ao invés de presenciais, como acontecia até ao momento. Para além disso, e pelo mesmo motivo, o gabinete médico, de acordo com a indicação do clínico responsável, durante o período referido, privilegiou os contactos via telefone e correio eletrónico para a resolução de qualquer situação que necessitasse de intervenção médica.

Desde março, a deslocação dos residentes ao hospital exigia o cumprimento de um período de quarenta e, em determinadas situações, a realização de teste PCR Covid-19. No gráfico apresentamos a distribuição do número de testes PCR realizados, por motivo de realização.

NÚMERO DE TESTES PCR COVID-19 REALIZADOS POR MOTIVO DE REALIZAÇÃO



INTERVENÇÃO TERAPIA OCUPACIONAL E ANIMAÇÃO SOCIO CULTURAL

A SCMAS, em setembro de 2019, ao abrigo do programa de Estágios Profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), contratualizou um estágio profissional na área do Serviço Social que terminou em setembro de 2020. A Estagiária de Serviço Social, foi inserida na equipa na qual desenvolveu uma experiência de formação prática em contexto de trabalho. Até março a Estagiária colaborou na introdução dos documentos e registo de dados biográficos dos residentes no programa Softgold, de forma a potenciar a utilização da ferramenta informática. Na sequência da pandemia foi proposto a partir de março integrar a equipa espelho na intervenção da animação sociocultural na ERPI Emília Matos que a estagiária abraçou da melhor forma tendo tido um desempenho exemplar. Ainda no contexto da pandemia ao abrigo do programa do IEFP de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde para estudantes universitários e licenciados, entre outros a SCMAS aderiu com a integração de maio a dezembro de 2020 de uma voluntária licenciada em Design de Ambientes. Elaborou o projeto, com os respetivos desenhos técnicos, de proposta de telheiro para a ERPI Emília Matos. Elaboração com apresentação do desenho técnico do painel de azulejos para o refeitório da futura ERPI. Paralelamente colaborou na intervenção direta com os residentes, da ERPI Emília Matos no âmbito da animação socio cultural. Salienta-

se a opção no reforço da intervenção ao nível da estimulação de agosto a dezembro, pela animadora, nos residentes mais dependentes isto porque a necessidade de maior necessidade de estímulo recai, exatamente, nos residentes com maiores perdas quer ao nível da autonomia, funcionalidade e sensorial e só desta forma assegurando maior frequência e intensidade se consegue assegurar maior conforto e qualidade de vida.

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

As Tabelas seguintes apresentam as atividades dinamizadas no âmbito da animação sociocultural nas diferentes ERPI's.

Emília Matos Distribuição mensal de Atividades Realizadas Vs percentagem da média de participantes														
% média - 100% Corresponde a 21 residentes N.º- Número atividades Realizadas	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Estimulação Sensorial	0	0	0	0	0	0	2	71	4	71	7	62	2	67
Estimulação Cognitiva	8	62	7	67	7	67	20	67	20	57	13	62	0	0
Atividade Física	12	62	12	62	13	67	18	62	22	71	20	71	11	67
Promover a Socialização	2	67	3	90	2	71	7	81	5	81	9	90	1	43
Arte Terapia	2	52	3	67	4	57	7	57	14	62	13	62	2	48
Musicoterapia	0	0	0	0	0	0	4	48	4	57	4	71	0	0
Total	24	41	25	48	26	44	58	64	69	67	86	70	16	38

Analisando a tabela verifica-se um aumento do número de atividades assim como da média de percentagem de participantes, aumento, justificado com a presença a tempo inteiro da técnica nesta ERPI. Em relação à distribuição de participantes por género, a média de participantes do sexo masculino é de 3 por atividade sendo que 100% corresponde a 4 residentes no sexo feminino a média de participantes por atividade corresponde a 16 sendo que 100% corresponde a 17 residentes.

Rainha Isabel Distribuição mensal de Atividades Realizadas Vs percentagem da média de participantes																
100% = 74 Residentes janeiro 100% = 75 Residentes de fevereiro e março 100% = 12 Residentes de Agosto a dezembro N.º- atividades Realizadas	Janeiro		Fevereiro		Março		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Estimulação Sensorial (100% corresponde a 20 residentes de agosto a dezembro)	2	34	2	32	3	28	11	100	31	100	25	100	23	100	20	100
Estimulação Cognitiva	10	47	8	56	12	32	41	35	51	45	60	50	52	50	55	55
Atividade Física	9	41	6	45	10	40	41	58	29	67	57	58	31	58	53	67
Promover a Socialização	2	35	3	71	2	37	4	67	4	75	9	75	5	83	4	92
Arte Terapia	4	27	5	39	4	37	6	42	11	50	12	75	15	75	10	83
Musicoterapia	0	0	0	0	0	0	7	91	4	75	4	58	7	67	7	100
Total	27	31	24	41	31	29	110	66	130	69	167	70	133	72	149	83

TERAPIA OCUPACIONAL

No contexto da pandemia o plano de intervenção da terapeuta ocupacional ficou sujeito e condicionado ao plano de contingência, situação análoga a toda a intervenção operacionalizada no ano transato. Na ERPI Rainha D. Isabel a intervenção desenvolveu-se com um total de 74 residentes. As atividades nos meses de abril a junho foram dinamizadas em equipa espelho, pelo que a terapeuta ocupacional fez equipa com outra colega da instituição. Na realização das atividades em contexto de grupo, desenvolveu-se um trabalho direto na dinamização de atividades e indireto na organização/monitorização das atividades realizadas pela equipa das cuidadoras. Para além das atividades de grupo, realizou-se intervenção individual

Distribuição anual das atividades realizadas e o total de participantes nas mesmas		
ERPI Rainha D. Isabel	Nº total de sessões	Nº Total de Residentes participantes
Sessão de Movimento	135	2293
Treino de Marcha	114	1250
Estimulação Cognitiva	70	1008
Estimulação sensorial	45	690
Sessão de Culinária	53	736
Arte terapia	98	1310
Cinema	27	816
Horta Terapêutica	24	220
Intervenção Individual	Nº Total de Residentes que beneficiaram de sessão individual	Nº total de sessões individuais anuais desenvolvidas
Treino de AVD's	10	67
Treino de Alimentação	12	163
Treino/acompanhamento Posicionamentos	10	136
Treino de transferências	21	108
Mobilização ativa e passiva	12	159
Treino de competências motoras e de praxis	24	182
Treino de Marcha com a grua	4	8
Treino de transferências com a grua	4	13
Treino de utilização de produtos de apoio/ajudas técnicas	10	123
Formação/instrução às cuidadoras da utilização da grua	5	20
Reavaliação de terapia Ocupacional	4	
Avaliações em terapia Ocupacional	13	
ERPI Emília Matos	Nº total de sessões anuais desenvolvidas	Nº Total de residentes participantes nas sessões
Sessão de Movimento	32	420
Estimulação cognitiva	15	126
Arte Terapia	17	118

Esta intervenção realizou-se sempre que existiu algum comprometimento físico ou cognitivo que limitasse a participação do residente nas ocupações do seu dia-a-dia. O acompanhamento na prestação dos cuidados foi realizado com o objetivo de passar e reforçar estratégias às cuidadoras para que estas, junto de cada residente, conseguissem estimular e manter o grau de autonomia de cada um. Ao nível das transferências e posicionamentos realizou-se um maior acompanhamento nas situações onde existiu um agravamento do quadro clínico ou existências de úlceras. A intervenção da Terapeuta Ocupacional na ERPI Emília Matos desenrolou-se de janeiro a março, para um total de 21 residentes, tendo as sessões de movimento no período da manhã reiniciado em setembro.

Outras Actividades

Farmácia

Foi dada a continuidade ao trabalho que permitiu mais uma vez aumentar o seu resultado financeiro apesar do sector permanecer em crise.

Prédios Rústicos

Mantiveram-se os trabalhos de melhoria dos povoamentos, através da limpeza de matos, desbastes, desramações e fertilidade do solo, na Herdade de Casas Novas, Torrinha e Cachopos.

Foi extraída cortiça nas Herdades de Casas Novas e Arapouco, verificou-se uma diminuição significativa da quantidade extraída uma vez que secaram muitos sobreiros nos últimos anos.

Prédios Urbanos e Praça de Touros

Foi efectuada a manutenção mínima de forma a conservar e dar resposta aos inquilinos nos prédios urbanos.

No que diz respeito à praça de toiros e devido à pandemia não foram realizados espetáculos, como consequência desta realidade não foi efectuada a vistoria anual pela entidade competente (IGAC).

Factos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020.

Perspetivas futuras

Em janeiro a Instituição foi fustigada por um surto de COVID-19, foram infetados residentes e colaboradores, a Mesa Administrativa disponibilizou todos os meios para minimizar os impactos deste flagelo, no entanto há a lamentar perda de vidas humanas (residentes) e um impacto significativo nas contas da Instituição.

Assim, a Mesa Administrativa está convicta que com o esforço por parte dos nossos colaboradores, utentes, clientes, fornecedores e demais prestadores de serviços, estaremos preparados para os novos desafios a enfrentar até ao fim desta pandemia.

Os anos subsequentes preveem-se difíceis, dependente da recuperação social e económica a nível nacional e mundial, esta realidade terá necessariamente impacto na Instituição.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos sejam transferidos para **Resultados Transitados**.

Alcácer do Sal, 25 de maio de 2021

A MESA ADMINISTRATIVA

Fernando Molha dos Reis

João Domingos Mirra Lopes

Valdemar das Dores Parreira

Rita Bebiana Cabral Rito

Gonçalo Pereira Lynce de Faria



Handwritten signatures in blue ink, including the names of the administrative table members: Fernando Molha dos Reis, João Domingos Mirra Lopes, Valdemar das Dores Parreira, Rita Bebiana Cabral Rito, and Gonçalo Pereira Lynce de Faria.

BALANÇO INDIVIDUAL

DEZEMBRO 2020

Montantes expressos em EURO
Página 1 de 2

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	11 996 248,65	11 571 282,84
Ativos intangíveis	6		632,26
Ativos biológicos	7	505 913,40	505 913,40
Outros investimentos financeiros	19	32 273,69	28 397,50
		12 534 435,74	12 106 226,00
Ativo corrente:			
Inventários	8	207 970,41	178 851,10
Créditos a receber	9	102 459,81	117 455,84
Estado e outros entes públicos	10	61 707,17	2 351,29
Outros activos correntes	11	988 703,25	795 990,20
Diferimentos	12	6 522,63	10 677,56
Caixa e depósitos bancários	13	1 358 481,46	1 793 020,30
		2 725 844,73	2 898 346,29
Total do Ativo		15 260 280,47	15 004 572,29

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

BALANÇO INDIVIDUAL

DEZEMBRO 2020

Montantes expressos em EURO

Página 2 de 2

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2020	2019
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos	20	6 034 992,02	6 034 992,02
Outras reservas	20	5 641 931,39	5 582 523,13
Resultados transitados	20	244 571,58	244 571,58
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	20	621 641,77	511 404,85
		12 543 136,76	12 373 491,58
Resultado líquido do período	20	(17 393,68)	59 408,26
		12 525 743,08	12 432 899,84
Total dos fundos patrimoniais		12 525 743,08	12 432 899,84
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	16	972 222,32	1 111 111,20
		972 222,32	1 111 111,20
Passivo corrente:			
Fornecedores	17	112 203,99	112 964,87
Estado e outros entes públicos	10	100 282,99	52 170,35
Financiamentos obtidos	16	138 888,88	138 888,88
Outros passivos correntes	18	535 384,12	404 292,64
Diferimentos	12	875 555,09	752 244,51
		1 762 315,07	1 460 561,25
Total do passivo		2 734 537,39	2 571 672,45
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		15 260 280,47	15 004 572,29

Página 2 de 2

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dez-20

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	22	2 759 303,50	2 341 357,84
Subsídios, doações e legados à exploração	23	693 073,71	814 558,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1 324 081,59)	(1 281 094,00)
Fornecimentos e serviços externos	24	(506 452,24)	(381 534,09)
Gastos com o pessoal	25	(1 713 460,65)	(1 534 129,52)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	(41 852,96)	
Outros rendimentos	26	437 478,66	383 851,37
Outros gastos	27	(104 773,36)	(68 959,86)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		199 235,07	274 050,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 - 6	(215 192,15)	(215 807,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(15 957,08)	58 242,87
Juros e rendimentos similares obtidos	28	785,51	4 656,38
Juros e gastos similares suportados	29	(2 222,11)	(3 490,99)
Resultado antes de impostos		(17 393,68)	59 408,26
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(17 393,68)	59 408,26
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por acção básico			

ta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Demonstração de Fluxos de Caixa

para o período findo em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	9	2 774 299,53	2 354 871,28
Pagamentos a fornecedores	17	-1 860 414,02	-1 655 392,22
Pagamentos ao pessoal	25	-1 713 460,65	-1 534 129,52
Caixa gerada pelas operações		-799 575,14	-834 650,46
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos	11 / 18	960 925,48	1 107 928,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		161 350,34	273 277,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis	5	-639 508,37	-60 015,08
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	19	-3 876,19	0,00
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis	5	35 669,20	108,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	245 930,96
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	15	152 510,20	0,00
Juros e rendimentos similares	28	387,53	4 051,56
Dividendos		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-454 817,63	190 075,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos	16	-138 888,88	-138 888,88
Juros e gastos similares	29	-2 182,67	-3 490,54
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-141 071,55	-142 379,42
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-434 538,84	320 973,78
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 / 13	1 793 020,30	1 472 046,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 / 13	1 358 481,46	1 793 020,30
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-434 538,84	320 973,78

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Irmãos.

No cumprimento do disposto nas alíneas a) e c) do número um do artigo trigésimo primeiro do Compromisso da Irmandade, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia, reunido hoje, apreciou o Relatório de Actividades, Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício de dois mil e vinte, de forma a permitir apresentar à Assembleia Geral o seu parecer constante da seguinte proposta: -----

=PARECER=

Primeiro: Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas apresentados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de dois mil e vinte.

Segundo: Que ao Resultado Líquido do exercício seja dada a aplicação que a Mesa Administrativa propõe. -----

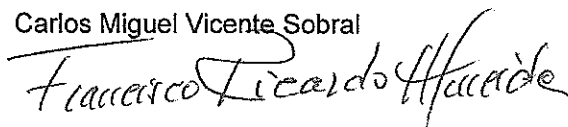
Alcácer do Sal, 25 de maio de 2021

O Conselho Fiscal

Francisco Ricardo de Almeida

Manuel Eduardo Carreira Etelvino

Carlos Miguel Vicente Sobral



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Exercício de 2020

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é uma instituição particular de solidariedade social, sediada no Olival do Coronel, em Alcácer do Sal, tendo sido constituída em 1530, tendo como objeto principal a economia Social, nos termos da respectiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública as atividades de apoio social para pessoas idosas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a que as mesmas reflitam fidedignamente as operações da Instituição, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI)

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, não tendo sido derogadas quaisquer disposições da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2019.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 - Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

3.1.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.1.3 - Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.1.4 - Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são valorizados ao custo depreciado. Os ativos biológicos (consumíveis ou de produção) são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o valor a registar em inventários.

3.1.5 - Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

3.1.6 - Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

3.1.7 - Inventários

Os Inventários são valorizados ao seu custo histórico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na NCRF 17.

3.1.8 - Estado e outros entes públicos

De acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, por despacho de 23/05/1989 do Ex.mo Senhor Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos, viu reconhecida a isenção de IRC para os rendimentos das Categorias C, E, F e G.

3.1.9 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.1.10 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.11 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

3.1.12 - Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

3.1.13 - Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

3.1.14 - Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição;

3.1.15 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.1.16 - Gastos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os gastos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

4 - Fluxos de caixa

O caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Rubrica	2020	2019
Caixa	6.812,83	3.426,46
Depositos à ordem	601.668,63	1.039.593,84
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
Outros instrumentos financeiros		
TOTAL	1.358.481,46	1.793.020,30

5 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2020 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.643.369,75	208.020,26	231.395,78	102.680,97	174.009,13	16.253.401,17
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(2.617.212,92)	(1.416.998,62)	(170.367,50)	(221.954,73)	(100.550,65)		(4.527.084,42)
Período	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.599.065,87	226.371,13	37.652,76	9.441,05	2.130,32	174.009,13	11.726.316,75
	Aquisições			7.515,00		4.765,05		47.735,03	60.015,08
	Alienações								
	Depreciações do período		(149.219,31)	(48.601,88)	(11.890,35)	(3.842,52)	(1.494,93)		(215.048,99)
	Outras alterações								
Fim do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.650.884,75	178.085,90	234.131,20	102.680,97	221.744,16	16.281.452,26
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(2.766.432,23)	(1.465.600,50)	(152.323,49)	(223.767,62)	(102.045,58)		(4.710.169,42)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.449.846,56	185.284,25	25.762,41	10.365,58	635,39	221.744,16	11.571.282,84

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.650.884,75	178.085,90	234.131,20	102.680,97	221.744,16	16.281.452,26
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(2.766.432,23)	(1.465.600,50)	(152.323,49)	(223.767,62)	(102.045,58)		(4.710.169,42)
Período	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.449.846,56	185.284,25	25.762,41	10.363,58	635,39	221.744,16	11.571.282,84
	Aquisições			11.496,38	54.548,54	4.204,27		569.259,18	639.508,37
	Alienações								
	Depreciações do período		(149.236,64)	(48.074,48)	(12.799,49)		(3.940,90)	(508,38)	(214.559,89)
Fim do período	Outras alterações								
	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.549.196,89	181.936,45	238.335,50	102.680,97	791.003,34	16.757.078,43
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(2.915.651,54)	(1.400.490,74)	(114.424,99)	(227.750,92)	(102.511,59)		(4.760.829,78)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.300.627,25	148.706,15	67.511,46	10.584,58	169,38	791.003,34	11.996.248,65

6 - Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de computador
Início do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	-8.274,30
	Quantia líquida escriturada	632,26
Período	Aquisições	
	Alienações	
	Amortizações do período	-632,26
	Perdas por imparidade	
	Revalorizações	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00

7 - Ativos biológicos

Dada a uma das valências da SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL, a Agricultura, os ativos biológicos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2020	2019
<u>De Produção</u>		
- Plantações de pinhal manso	477.183,40	477.183,40
- Plantações de pinhal bravo	28.730,00	28.730,00
TOTAL	505.913,40	505.913,40

8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os inventários têm a seguinte composição:

Descrição	2020				2019			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	157.981,25	1.021.380,95	-784,68	169.126,19	151.719,72	963.101,53	-3.461,10	157.981,25
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20.869,85	332.604,63		38.844,22	18.074,92	330.510,03		20.869,85
Subtotal	178.851,10	1.353.985,58	-784,68	207.970,41	169.794,64	1.293.611,56	-3.461,10	178.851,10
Total	178.851,10	1.353.985,58	-784,68	207.970,41	169.794,64	1.293.611,56	-3.461,10	178.851,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.324.081,59				1.281.094,00

As “Mercadorias” destinam-se a ser comercializadas na farmácia da Instituição.

As “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” destinam-se a ser consumidas nos Lares José Godinho Jacob, Emília Matos, Rainha Santa Isabel, Valências Apoio Domiciliário e Prédios Rústicos.

Os “Ativos biológicos”, conforme mencionado na nota 7 do presente Anexo, referem-se a plantações de pinhal manso e bravo.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de 1.324.081,59 €.

9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes conta corrente	77.574,30		77.574,30	62.099,83		62.099,83
Utentes conta Corrente	24.885,51		24.885,51	55.356,01		55.356,01
Clientes e utentes cobrança duvidosa	66.093,34	(66.093,34)	0,00	24.240,38	(24.240,38)	0,00
TOTAL	168.553,15	(66.093,34)	102.459,81	141.696,22	(24.240,38)	117.455,84

A rubrica de “Clientes e utentes cobrança duvidosa” contempla as dívidas em mora de 6 até 12 meses, de 12 até 18 meses, de 18 até 24 meses e há mais de 24 meses.

10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2020	31-12-2019
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado	61.707,17	2.351,29
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	8.783,43	6.530,50
Imposto sobre o valor acrescentado	46.837,79	9.136,34
Contribuições para a Segurança Social	44.661,77	36.503,51
TOTAL	100.282,99	52.170,35

A Instituição tem cumprido as suas obrigações fiscais com regularidade.

11 - Outras contas a receber - correntes

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	62.115,59		62.115,59	4.551,46		4.551,46
Outros devedores	925.876,60		925.876,60	791.438,74		791.438,74
Pessoal	711,06		711,06			
Fornecedores c/c						
TOTAL	988.703,25	-	988.703,25	795.990,20	-	795.990,20

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde essencialmente às participações a receber no exercício seguinte, de entidades da farmácia e outras receitas.

O saldo da rubrica “Outros devedores” contempla 679.989,80 € da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Alentejo, 192.500,00 € do Fundo Rainha D. Leonor e 46.534,54 €, referente a rendas dos Prédios rústicos e urbanos e outros devedores a receber no exercício seguinte.

12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2020	31-12-2019
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	6.522,63	10.677,56
TOTAL	6.522,63	10.677,56
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos a reconhecer	875.555,09	752.244,51
TOTAL	875.555,09	752.244,51

Gastos a reconhecer dizem respeito, essencialmente, a seguros, trabalhos especializados e rendas e alugueres.

Rendimentos a reconhecer dizem respeito ao valor de 679.989,80 € a compartilhar pelo Programa Operacional Regional do Alentejo 2020, 192.500,00 € do Fundo Rainha D. Leonor na reconstrução e remodelação do Lar José Godinho Jacob e 3.065,29 € de rendas e quotizações.

13 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	6.812,83	3.426,46
Depósitos à ordem	601.668,63	1.039.593,84
Outros depósitos bancários	750.000,00	750.000,00
TOTAL	1.358.481,46	1.793.020,30

14 - Imparidade de ativos

O resumo dos ativos em imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, decompõe-se da seguinte forma:

Imparidade em ativos financeiros ao custo menos perda por imparidade	31-12-2020			31-12-2019		
	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Total	Perdas por imparidade	Desreconhecimento	Total
Dívidas a receber de clientes e utentes	24.240,38	41.852,96	66.093,34	27.060,38	(2.820,00)	24.240,38
Total	24.240,38	41.852,96	66.093,34	27.060,38	(2.820,00)	24.240,38

15 - Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios ao investimento são:

Descrição	Valor do subsídio	Início	Taxa depreciação ativo	Subsídios por reconhecer 31-12-2020
Lar Rainha Sta Isabel	230.000,00	2010	2,00%	179.400,00
Subsídio IFAP-Proder	233.213,29	2014	10,00%	93.285,30
Subsídio IFAP-Proder	129.934,20	2015	10,00%	51.973,68
Lar José Godinho Jacob	152.510,20			152.510,20
	745.657,69			477.169,18

Estes são considerados rendimento do exercício em função das depreciações praticadas.

Os subsídios IFAP-PRODER dizem respeito a projectos florestais implementados na Herdade de Cachopos.

16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2020		31-12-2019	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral Depósitos	138.888,88	972.222,32	138.888,88	1.111.111,20
TOTAL	138.888,88	972.222,32	138.888,88	1.111.111,20

Os financiamentos correntes e não correntes dizem respeito ao empréstimo contratado junto da *Caixa Geral de Depósitos* em 2008, o qual vence em 2028.

Associado ao empréstimo bancário, existe uma garantia colateral real (hipoteca) sobre o próprio imóvel (Rainha Santa Isabel), no montante de 2.500.000€.

17 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores c/c		
Gerais	112.203,99	112.964,87
TOTAL	112.203,99	112.964,87

18 - Outras contas a pagar - correntes

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2020	31-12-2019
Pessoal	665,38	1.345,68
Fornecedores de investimentos	70.267,38	
Credores por acréscimos de gastos	194.284,35	172.593,41
Outros credores	270.167,01	230.353,55
Clientes / Utentes		
TOTAL	535.384,12	404.292,64

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” corresponde essencialmente à estimativa de férias e subsídio de férias e outros gastos a liquidar no exercício seguinte.

Outros credores referem-se a valores à guarda de utentes, crédito da Santa Casa da Misericórdia de Grândola e Associação Alcacereense de Socorros Mútuos.

19 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Investimentos noutras empresas	5.169,44	5.475,44
Outros investimentos financeiros	27.104,25	22.922,06
TOTAL	32.273,69	28.397,50

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde essencialmente a participações de capital, obrigações, as quais se encontram valorizadas pelo valor nominal, e Fundos de compensação.

20 - Fundos patrimoniais:

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.034.992,02	0	0	6.034.992,02
Excedentes técnicos		0	0	
Reservas	5.582.523,13	59.408,26	0	5.641.931,39
Resultados transitados	244.571,58	59.408,26	59.408,26	244.571,58
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	511.404,85	152.510,20	42.273,28	621.641,77
Resultado Líquido do Período	59.408,26	(17.393,68)	59.408,26	(17.393,68)
TOTAL	12.432.899,84	253.933,04	161.089,80	12.525.743,08

As variações na rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” verificaram-se com subsídios de 82.500,00 € do Fundo Rainha D. Leonor, 70.010,20 € da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Alentejo e transferência para a conta de “Outros rendimentos e ganhos” da parte correspondente às depreciações efectuadas no exercício, respeitantes a subsídios ao investimento e doações recebidas.

21 - Provisões

No exercício de 2020, não existem provisões reconhecidas.

22 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2020	31-12-2019
Vendas		
- Mercadorias	1.428.068,21	1.355.866,92
- Activos Biológicos	446.096,08	112.246,12
	1.874.164,29	1.468.113,04
Prestações de Serviços		
- Quotizações	871.529,47	849.021,60
- Serviços farmacêuticos	3.739,74	4.283,86
- Cedência de exploração	9.870,00	15.953,34
- Serviços sociais	0,00	3.986,00
- Outros serviços	0,00	0,00
	885.139,21	873.244,80
TOTAL	2.759.303,50	2.341.357,84

As mercadorias são produtos farmacêuticos comercializados pela farmácia da Santa Casa.

Os ativos biológicos referem-se a produtos silvícolas extraídos das herdades da Instituição, tais como cortiça, pinha, pinheiros, sobreiros e eucaliptos.

Relativamente às Quotizações estas dizem respeito às mensalidades dos utentes das valências Lar e Apoio ao domicílio.

Cedência de exploração:

- Exploração Cinegética 9.870,00

23 - Subsídios, doações e legados à exploração

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2020	31-12-2019
Do Estado e outros entes públicos		
- Centro Regional Segurança Social	673.939,10	803.749,55
- Câmara Municipal de Alcácer do Sal	4.072,00	
	678.011,10	803.749,55
De outras entidades		
- IFAP	3.682,58	2.677,47
- IEFP	3.850,54	8.131,52
- Instituto Segurança Social	7.529,49	
	15.062,61	10.808,99
TOTAL	693.073,71	814.558,54

Os subsídios recebidos e mencionados neste quadro, estão de acordo com os protocolos celebrados entre a Instituição e as respectivas entidades.

24 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2020	31-12-2019
Subcontratos	100.479,95	12.330,00
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	80.068,17	50.322,50
Vigilância e segurança	705,84	1.201,50
Honorários	31.931,00	41.467,00
Comissões	436,12	705,58
Conservação e reparação	61.780,42	54.451,68
Serviços bancários	770,45	485,06
Outros		
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.266,89	12.235,23
Material de escritório	9.296,39	8.065,49
Outros	17.013,05	8.048,04
Energia e fluidos		
Electricidade	45.843,02	48.309,34
Combustíveis	7.043,57	5.926,23
Água	26.739,76	20.631,38
Outros	36.797,35	45.460,67
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	6.954,84	6.799,72
Transportes de mercadorias	73,20	68,20
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	5.373,70	2.940,28
Comunicação	13.016,44	12.007,68
Seguros	8.549,33	9.091,28
Contencioso e notariado	1.174,37	285,60
Despesas de representação	126,60	68,00
Limpeza, higiene e conforto	1.919,40	6,23
Outros serviços	35.092,38	40.627,40
TOTAL	506.452,24	381.534,09

25 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações do pessoal	1.392.913,11	1.255.517,38
Benefícios pós-emprego		
Para planos de contribuições definidas - outros	339,93	210,13
Encargos sobre remunerações	281.491,50	247.737,33
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	12.483,38	12.810,00
Gastos de ação social	6.075,46	3.305,88
Outros gastos com pessoal	20.157,27	14.548,80
Dos quais:		
Gastos com formação	8.990,00	5.935,32
Gastos com fardamento	148,42	
Outros gastos	11.018,85	
TOTAL	1.713.460,65	1.534.129,52

O número médio de pessoas que colaboraram com a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 foram as seguintes:

2020 =122 funcionários

2019 = 110 funcionários

26 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2020	31-12-2019
Rendimentos suplementares		
Aluguer de equipamento		
Outros rendimentos suplementares	63.846,39	56.482,98
Cedência de energia		371,68
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.382,39	3.674,72
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Alienações	35.669,20	108,00
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	271.647,01	253.785,26
Outros	64.933,67	69.428,73
TOTAL	437.478,66	383.851,37

Alienações:

Alienação de duas viaturas e outros equipamentos

Descrição da rubrica "Outros":

- Correções relat per trib anteriores	78,00 €
- Imputação de subsídios ao investimento	42.273,28 €
- Correções do exercício	57,49 €
- Indemnizações	17.501,07 €
- Donativos	<u>5.023,83 €</u>
	<u>64.933,67 €</u>

INDEMNIZAÇÕES:

16.188,07 € - Pellets Power 2 - Produção de Pellets, Lda por danos causados na

Herdade de Castelo de Arêz.

1.313,00 € - Outras

27 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2020	31-12-2019
Impostos	3.671,36	3.629,64
Dívidas incobráveis	0,00	10.813,63
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	3.367,28	87,98
Donativos	800,00	1.292,70
Quotizações	13.006,78	12.258,97
Perdas em instrumentos financeiros	306,00	34,00
Outros não especificados	83.621,94	40.842,94
Subtotal	101.102,00	54.516,59
TOTAL	104.773,36	68.959,86

A rubrica “Outros não especificados” refere-se essencialmente aos gastos em comum com a Associação de Socorros Mútuos e Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

28 - Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2020	31-12-2019
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	397,98	604,82
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	387,53	4.051,56
TOTAL	785,51	4.656,38

29 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2020	31-12-2019
Juros suportados		
Financiamentos bancários	2.182,67	3.490,54
Outros	39,44	0,45
TOTAL	2.222,11	3.490,99

30 - Acontecimentos após data de Balanço

No início do ano ocorreu um surto de COVID-19 que infetou residentes e funcionários com consequências sociais e financeiras relevantes para a Instituição.

Tendo em conta os impactos limitados da pandemia no exercício de 2020, as perspetivas futuras de curto e médio-longo prazo refletidas para o ano de 2021 não foram alteradas, motivo pelo qual não consideramos esta matéria como um evento subsequente não ajustável do período. Nesta conformidade, o princípio da continuidade das operações mantém-se aplicável na elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, à data de emissão deste relatório não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.


31 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

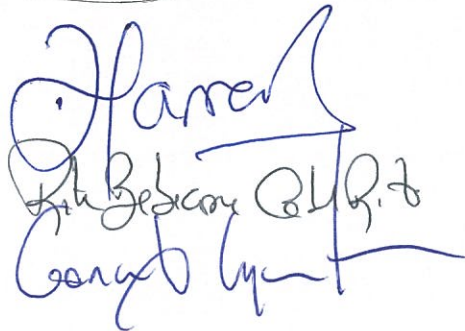
Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Alcácer do Sal, 25 de Maio de 2021

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 15.260.280 euros e um total de fundos patrimoniais de 12.525.743 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 17.394 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 07 de junho de 2021

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

[Assinatura Qualificada] Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Carlos
Carlos Manuel Charneca Manuel Charneca Moleirinho Grenha
Moleirinho Grenha Dados: 2021.06.07 11:44:58 +01'00'

Carlos Manuel Grenha, ROC n° 1266